

14 SET 1990

A saída para a crise

ELMO SEREJO FARIAS

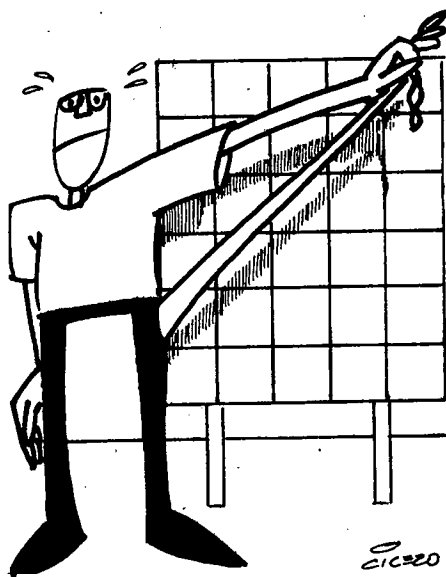
A economia brasileira, notadamente, enfrenta um dos seus momentos mais críticos em toda a história do País. O nível de vida da população está caindo assustadoramente, perduram as injustiças sociais, o Brasil coloca-se em posição vexatória nas estatísticas internacionais de distribuição da riqueza, e a tão almejada independência nacional, na verdade, ainda não se realizou, constituindo-se, portanto, num sonho a ser concretizado.

Assiste-se, no momento, ao grande paradoxo na vida nacional: o consumo da população está caindo, mas a inflação, infelizmente, está subindo. As estatísticas dos institutos de pesquisas informam que as vendas, em média, nas principais cidades brasileiras, registraram uma queda de 45 por cento nos últimos seis meses. Paralelamente, logo após o choque da inflação zero, novamente o termômetro inflacionário começou a registrar altas de preços, mesmo diante do crescente arrocho dos salários.

Por isso, torna-se difícil acreditar no diagnóstico dos economistas oficiais de que a inflação brasileira está sendo produzida, essencialmente, por excesso de demanda. Ora, se o povo está consumindo menos, a inflação deveria estar caindo! Como aceitar o argumento de que a população vem consumindo demasiadamente num país que convive com o mais baixo salário mínimo do mundo? É difícil aceitar tal argumento, sabendo-se que a concentração da renda está se intensificado. Atualmente o seu perfil se apresenta mais perverso do que nunca: 70 por cento correspondem ao capital e somente 30 por cento aos salários, perfil inverso ao que vigorou no País há 30 anos e que vigora na maioria das nações capitalistas desenvolvidas.

A deterioração do padrão de vida da população brasileira, especialmente nos últimos dez anos, desmente o diagnóstico dos técnicos do Governo de que a demanda pressiona a elevação dos preços.

Senão vejamos: 1) o atual salário mínimo representa apenas 20 por cento do seu valor vigente na década de 50; 2) no Brasil de 1988, segundo relatório do Banco Mundial, 20 por



cento dos brasileiros mais pobres recebiam somente dois por cento da renda nacional, enquanto os dez por cento mais ricos recebiam 50,6; 3) 65 por cento da população, aponta o IBGE, vivem em estado de miséria; 4) um terço das famílias ganha menos de um salário mínimo; 5) um por cento da população dispõe de renda igual à dos 50 por cento mais pobres; 6) dos 52 milhões de trabalhadores integrantes da mão-de-obra ativa, apenas 28 por cento possuem carteira assinada; 7) dos 47,8 milhões de crianças brasileiras, 25,4 milhões vivem na pobreza e 13,2 milhões na miséria absoluta; 8) 85 por cento das famílias brasileiras não dispõem de saneamento básico, cerca de 71 por cento não têm água encanada, 65 não têm filtro e 79 por cento não possuem geladeiras.

Está mais do que claro que são o agravamento da pobreza nacional e o seu contrapólo, a concentração da renda, os dois obstáculos principais no processo inflacionário. De nada adiantará arrochar ainda mais os salários, segurar violentamente a demanda para tentar conter a elevação dos preços, pois o resultado poderá ser mais inflação. A experiência está nos mostrando, e a própria ministra Zélia Cardoso de Mello outro dia comentou, que quanto mais se faz a opção pelo arrocho monetário, mais as empresas reduzem a produção e mais aumentam os preços para manter a mesma taxa de lucro. É um movi-

mento lógico do capital diante do impasse da incapacidade crescente de consumo de população, que resulta em inflação.

Estamos diante de um fato que se repetiu à exaustão durante os anos 80. A opção em favor da recessão não combate a inflação, pois recessão reduz a produção e a elitiza mas não reduz os preços. Veja o exemplo da indústria automobilística, que parou de fabricar modelos baratos como o Volks e passou a vender os modelos mais sofisticados a preços mais caros, mantendo a mesma margem de lucro apesar de registrar sucessivas quedas de vendas nos últimos dez anos.

O fato concreto e objetivo é que o País está empobrecendo diante dos sucessivos planos de estabilização econômica, que quanto mais voltaram-se para a redução da demanda global a fim de combater a inflação, mais colheram dissabores. As pressões inflacionárias sempre retornam mais fortes e perigosas, levando o Governo a outras opções igualmente equivocadas. O exemplo argentino é ilustrativo. Em menos de dois anos, o governo Menem já está no quinto plano de estabilização e a inflação, depois de baixar um pouco, sob o impacto dos choques, volta revigorada, e sempre em detrimento da saúde da economia, cada vez mais debilitada. Corremos o mesmo risco.

O Brasil somente sairá da crise se encarar de frente as iniquidades provocadas pelo modelo de desenvolvimento concentrador de renda, incapaz de promover a justiça social. Valorizar o mercado interno, os salários e aqueles que verdadeiramente criam a riqueza nacional — os trabalhadores —, este deve ser o caminho para a redenção nacional, caso contrário a Nação continuará sem rumo, dominada por um modelo perverso de crescimento que teima em marginalizar perigosamente os seus filhos, correndo cada vez mais o risco de colher como resultado a explosão social. Difícilmente haverá pacto social diante de um quadro econômico gerador de tantas injustiças sociais.

■ Elmo Serejo Farias, ex-governador do DF no período de 1974 a 1979, é candidato ao Governo do Distrito Federal pela Frente Liberal Progressista